

# Fogaça proporrá semipresidencialismo

Da Sucursal de Brasília

Sob pressão da cúpula do PMDB, que quer um regime o mais presidencialista possível, o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentará na próxima segunda-feira um projeto de sistema de governo que ele próprio definiu, ontem, como "presidencialismo parlamentarizado". Na prática, implicará um equilíbrio quase perfeito entre Executivo e Legislativo, com ligeiro acento presidencialista. Mais importante: Fogaça vai propor que esse sistema entre em vigor ainda durante o governo do presidente José Sarney.

Relator da Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte, Fogaça, ontem, fez mistério em torno da questão mais importante dos últimos dias: qual será, afinal, sua proposta de duração do mandato do presidente José Sarney. Disse que só dará seu parecer a respeito na segunda-feira, último dia para entrega de seu relatório. Vários indícios, porém, sugerem que Fogaça proporrá quatro anos de mandato para Sarney.

Em primeiro lugar, o senador sempre defendeu quatro anos para Sarney, como posição pessoal. Em segundo, disse que seu modelo semipresidencialista ou semiparlamentarista inspira-se na Constituição da Islândia, que prevê um regime parlamentarista mas fixa em quatro anos o mandato do presidente. Por fim, o próprio senador admitiu ontem que a tese das eleições presidenciais em 1988 é a que prevalece hoje, dentro e fora do PMDB.

Suas idéias, porém, poderão mudar após a reunião que terá hoje de manhã com o presidente do PMDB e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, um defensor de cinco anos para Sarney e do presidencia-

lismo. Ontem, o deputado Miro Teixeira (RJ), vice-líder do PMDB na Câmara, procurou Fogaça para, numa longa conversa, tentar convencê-lo a manter o presidencialismo, na linha defendida por Ulysses. Miro sequer faz parte da Subcomissão do Poder Executivo.

## Militares

Segundo Fogaça, o "presidencialismo parlamentarizado" que vai propor implicará um regime de co-responsabilidade entre presidente e o primeiro-ministro na condução administrativa do país, mas que o "pêndulo do poder" recairá, em última instância, no presidente, por ser eleito diretamente. Sua proposta, ironizou, terá "51,9% de presidencialismo", o que significa que os outros 48,1% "serão um grande avanço parlamentarista".

Um dos temas mais polêmicos de sua proposta será o poder do Congresso de dissolver o gabinete, isto é, todos os ministérios, inclusive os militares, através do voto de desconfiança. "Os ministros militares serão como os demais", disse. Inspirado na Constituição uruguaia, Fogaça prevê três tipos de voto de desconfiança do Congresso em relação ao governo: o voto singular (contra um ministro em especial), plural (contra vários) e coletivo (contra o primeiro-ministro, portanto contra todo o gabinete).

Em compensação, os "51,9%" de poder do presidente serão expressos através dos seguintes mecanismos: o presidente participará da elaboração de leis, terá poder de vetar as que forem aprovadas pelo Congresso, encaminhará o orçamento da União ao Congresso e, principalmente, terá o poder de dissolver o Congresso, se seu gabinete não conseguir apoio parlamentar.

## Cardoso diz que diretas são inevitáveis

Da Reportagem Local

O senador Fernando Henrique Cardoso, 55 (PMDB-SP), líder do PMDB no Senado, disse ontem, às 17h, em palestra no seminário sobre "Transição Política e Constituinte", promovido pelo Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec), na rua Airosa Galvão, na Água Branca, zona norte paulistana, que as eleições diretas para a Presidência da República "são inevitáveis" e devem ser realizadas em novembro de 1988, se for mantido o regime presidencialista, definindo-se um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e para os seus sucessores. Se, no entanto, o Congresso constituinte definir-se em favor do regime parlamentarista, disse defender um mandato presidencial de cinco anos. Defendeu, depois, um pacto social para "garantir a solidez do governo civil", baseado em negociações urgentes entre o governo, partidos, centrais sindicais, empresários e igrejas, em favor da consolidação de uma Constituição democrática para o país, da definição sobre eleições diretas presidenciais e de pontos mínimos a serem enfrentados no campo econômico.

Fernando Henrique disse aos cientistas sociais presentes no seminário,

ao qual também compareceram anteriormente o presidente do PT, Luis Inacio Lula da Silva e o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL/SP), entre outros políticos, que está sentindo uma tendência, no Congresso constituinte, favorável ao regime parlamentarista.